

OPERAÇÃO LAVA JATO

DILMA FOI ALERTADA POR E-MAIL SOBRE INVESTIGAÇÃO

Reportagem da “Veja” mostra mensagem de Paulo Roberto

Um e-mail enviado por Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, para Dilma Rousseff, então à frente da Casa Civil, em setembro de 2009, alertou o Planalto de que o Tribunal de Contas da União (TCU) queria paralisar três obras da Petrobras por ter encontrado irregularidades. O documento, apreendido pela Polícia Federal em um computador na sede da Petrobras, foi divulgado pela revista “Veja” desta semana. Entre as obras citadas está a construção do Terminal de Barra do Riacho, em Aracruz.

O terminal portuário é o mesmo citado na reportagem de A GAZETA de ontem. Investigada no processo de corrupção, a empreiteira Mendes Júnior pagou em torno de R\$ 5 milhões de propina cobrada pelo doleiro Alberto Youssef durante a obra, que já está concluída.

Na mensagem, direcionada à “Senhora Ministra Dilma Vana Rousseff”, Costa destaca que dados do TCU recomendam a paralisação das obras nas refinarias Abreu e Lima (Pernambuco) e Getúlio Vargas (Paraná), além do terminal no Espírito Santo.



MICHEL FILHO

Assessores de Dilma disseram que a Controladoria-Geral da União analisou o caso

No texto, o ex-diretor relata que seria formada uma Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso para apurar as suspeitas.

Ele lembrou, ainda, que em 2007 o TCU propôs a paralisação de quatro obras da estatal, o que foi vetado pelo Congresso. Esta afirmativa sugere que a investigação não foi levada adiante após intervenções políticas.

De acordo com a publicação, a quebra de hierarquia de Costa ao escrever diretamente para o Planalto comprovaria a preocupação em manter vivo o esquema de desvio de dinheiro da Petrobras.

Questionados pela revista sobre o e-mail, assessores de Dilma responderam que a suspeita foi encaminhada para a Controladoria-Geral da União para analisar as suspeitas; determinou que um grupo de acompanhamento examinasse o relatório junto com o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras; e participação em reunião entre representantes do TCU, CMO, Petrobras e do Ministério de Minas e Energia, depois da suspensão das obras da Abreu e Lima no Orçamento 2010. Todos os órgãos entraram em um consenso sobre a viabilidade de regularizar as pendências na Refinaria. A presidente não se manifestou.

Questionados pela revista sobre o e-mail, assessores de Dilma responderam que a suspeita foi encaminhada para a Controladoria-Geral da União para analisar as suspeitas; determinou que um grupo de acompanhamento examinasse o relatório junto com o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras; e participação em reunião entre representantes do TCU, CMO, Petrobras e do Ministério de Minas e Energia, depois da suspensão das obras da Abreu e Lima no Orçamento 2010. Todos os órgãos entraram em um consenso sobre a viabilidade de regularizar as pendências na Refinaria. A presidente não se manifestou.

Conforme consta na

O AVISO**O e-mail**
▼ O seguinte texto foi enviado por Costa a então ministra:

Senhora Ministra Dilma Vana Rousseff, Seguem em anexo os dados do TCU (FISCOBRAS 2009) com a recomendação de paralisação de três obras do Abastecimento:

- 1) RNEST (Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco);
- 2) REPAR (Refinaria Getúlio Vargas, no Paraná) e
- 3) Terminal de granéis líquidos no Espírito Santo - Obra do Plangás (GLP)

Conforme consta na

nota, os processos são preliminares, não representando a posição final do TCU, assim como o TCU está enviando a CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso Federal, a quem compete a paralisação ou não das obras.

No ano de 2007 o TCU propôs a paralisação de quatro obras da Petrobras, não tendo tal posicionamento sido ratificado pelo Congresso Nacional. Atenciosamente, Paulo Roberto Costa

Propina por terminal em Aracruz

Investigada no processo de corrupção, a empreiteira Mendes Júnior pagou em torno de R\$ 5 milhões de propina cobrada pelo doleiro Alberto Youssef durante a construção do terminal aquaviário de Barra do Riacho, uma obra da Petrobras já concluída e localizada em Aracruz. O dinheiro foi depositado na conta de uma empresa da rede paralela do doleiro Youssef, a GFD, que emitia nota fiscal em favor da construtora.

No depoimento à Polícia Federal (PF) em Curitiba (PR) na terça-feira, o vice-presidente executivo da Mendes Júnior, Sérgio Cunha Mendes, confessou a



BERNARDO COUTINHO

A implantação do terminal de Aracruz foi questionada pelo Tribunal de Contas

propina, mas negou que as cifras pagas ao doleiro e delator do esquema tenham relação com os vários aditivos feitos no contrato da obra.

Em entrevista a A GAZETA, o advogado do executivo, Marcelo Leonardo, afirmou que o valor teve que ser pago porque Youssef ameaçou a construtora e extorquiu Sérgio Cunha. Ainda no governo Lula (PT), a implantação do terminal de Aracruz foi questionada pelo Tribunal de

Contas da União. Além de sobrepreços, a Corte apontou que os projetos básicos de várias obras da Petrobras eram deficientes e os editais de licitação restringiam a competitividade entre as empresas.

eram superfaturados.

A CRISE NA PETROBRAS**▼ Lava Jato**

A operação da Polícia Federal foi deflagrada em 17 de março

▼ Suspeitas

A investigação apura lavagem de dinheiro de pessoas físicas e jurídicas, pagamento de propinas a políticos, caixa dois para financiar partidos aliados do governo, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal e evasão de divisas, desvios de recursos públicos e da Petrobras.

▼ Cartel

Reunidas em cartel, grandes empreiteiras combinavam preços de obras para a Petrobras. Com isso, contratos

eram superfaturados.

▼ Executivos

Parte do dinheiro superfaturado era distribuído entre executivos da Petrobras e “operadores” do esquema.

▼ Propina

A propina era repassada, por meio dos operadores, em diferentes porcentagens, para três partidos (PT, PMDB e PP). O dinheiro supostamente financiava campanhas eleitorais.

▼ Delatores

O doleiro Alberto Youssef é um dos principais delatores.

OPERACÃO LAVA JATO



ADITIVO POR CAUSA DE FORMIGA

Inseto foi encontrado em área da obra de Barra do Riacho

RIO

▄ A descoberta de formiga ameaçada de extinção da espécie *Atta Robusta*, mais conhecida como saúva-preta, em área de uma obra da Petrobras, foi um dos motivos para a Mendes Júnior Engenharia, outra empresa investigada no âmbito da Lava Jato, cobrar ressarcimentos depois que o contrato já estava encerrado, por meio de transação extrajudicial. A empresa havia recebido R\$ 493,5 milhões para prestar serviços no Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz. Em dezembro de 2010, a Petrobras aceitou pagar um extra de R\$ 64,3 milhões por razões diversas, entre elas “dificuldades geradas por motivos de ordem ambiental”.

Uma comissão de negociação da estatal cobrou da Mendes Júnior mais

provas dos prejuízos com a formiga, que fora localizada em 16% da área da obra. A empresa não apresentou, mesmo assim conseguiu negociar o pagamento por horas adicionais de seus funcionários na obra. O trabalho na área foi liberado apenas 15 dias depois da descoberta da espécie.

ATRASO

Em outra negociação extrajudicial, a Mendes Júnior obteve R\$ 20,8 milhões além dos R\$ 49,9 milhões que havia recebido por uma adutora na Refinaria Duque de Caixas, na cidade homônima, no Rio de Janeiro. O contrato foi assinado em março de 2003 e encerrado em setembro de 2005. Dois anos depois, a empresa condenada recebeu o pagamento extra alegando atraso na entrega de materiais por parte da Petrobras, “interação

com a comunidade de forma imprevista”, a ocorrência de chuvas excepcionais e até a condição do solo.

“Nos locais das travessias dos rios o solo comportava-se muitas vezes de maneira imprevisível, demandando o uso de procedimentos não convencionais”, argumentou. A construtora não quis se pronunciar.

Outras empresas investigadas no âmbito da Lava Jato também celebraram transações extrajudiciais com a Petrobras com apoio de Duque e Barusco, como Camargo Corrêa (R\$ 69,7 milhões foram pagos dessa forma), Queiroz Galvão (R\$ 61,6 milhões) e IESA (R\$ 44,5 milhões). O maior volume pago nesta modalidade com a ajuda dos dois funcionários investigados, no entanto, quem recebeu foi a fornecedora estrangeira Acergy (R\$ 230,8 milhões). (Agência O Globo)

REAÇÃO NO ESTADO



“A então ministra Dilma deveria ter mandado investigar assim que soube dos indícios de irregularidades. O Brasil perde demais com a corrupção”

ROSE DE FREITAS (PMDB), DEPUTADA FEDERAL E SENADORA ELEITA



“A cada dia temos novas denúncias, e cada vez mais elas se aproximam do centro do poder. O papel do PSDB é fazer uma oposição responsável, e é isso que estamos fazendo”

CESAR COLNAGO (PSDB), DEPUTADO FEDERAL E VICE-GOVERNADOR ELEITO



“Se tivessem tomado as medidas quando o TCU fez o alerta, a sangria seria menor. O PMDB faz, sim, parte da base aliada, mas não há como admitir o que está acontecendo”

LELO COIMBRA (PMDB), DEPUTADO FEDERAL REELEITO

Palácio do Planalto critica reportagem da revista

▄ O Palácio do Planalto criticou, em nota divulgada ontem, a reportagem publicada na última edição da revista “Veja”.

“A reportagem de capa da revista ‘Veja’ de hoje é mais um episódio de manipulação jornalística que marca a publicação nos últimos anos”, afirmou a Secretaria de Imprensa do Planalto na nota divulgada no blog da instituição.

“Depois de tentar interferir no resultado das

eleições presidenciais, numa operação condenada pela Justiça eleitoral, ‘Veja’ tenta enganar seus leitores ao insinuar que, em 2009, já se sabia dos desvios praticados pelo senhor Paulo Roberto Costa”, acrescenta o Planalto, lembrando que o executivo foi demitido em março de 2012 pelo governo Dilma.

Na nota, o governo afirmou ainda que as práticas ilegais do ex-executivo da

Petrobras só foram conhecidas em 2014, graças às investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

“A inconsistência da reportagem de ‘Veja’ é evidente. As pendências apontadas pelo TCU nas obras da refinaria Abreu e Lima já haviam sido comunicadas, em agosto, à Casa Civil pelo Congresso e foram repassadas ao órgão competente, a CGU”, expõe também a nota.